

DOCÊNCIA COMPARTILHADA: PEDAGOGIA DIFERENCIADA PARA A EJA

Fabiola Correia de Souza Araújo Moreira*

Marilda Shuvartz**

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de educação amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 – LDB), há muito, vem sendo negligenciada em sua elaboração, visto que não é privilegiada de políticas públicas educacionais brasileiras. São notórios, nas características desta modalidade, aspectos pedagógicos específicos, para que o sujeito trabalhador alcance um aprendizado significativo durante sua estada na escola. Para isso é importante que os professores estejam preparados para situações pedagógicas nunca antes vivenciadas, com formação específica para esse público. Faz-se necessário, também, que o professor adote posturas e práticas pedagógicas capazes de proporcionar esse aprendizado. O presente artigo relata uma experiência pedagógica possível para os sujeitos da EJA, a docência compartilhada. Nessa proposta, dois professores compartilharam seus planejamentos e conteúdos, proporcionando uma (re)significação de suas práticas pedagógicas, viabilizando a inclusão dos alunos da EJA. As áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas direcionaram uma pedagogia diferenciada, demonstrando as possibilidades de se alcançar um aprendizado significativo na EJA, em uma escola municipal de Goiânia.

Palavras-chave: EJA; Docência compartilhada; Pedagogia diferenciada; Experiência didática.

ABSTRACT: The Youth and Adult Education (EJA), type of education supported by the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law 9394/96 - LDB) long, has been neglected in its preparation, as it is not privileged public policy Brazilian educational. Are notorious, the characteristics of this type, specific pedagogical aspects, so that the subject worker reach a significant learning during their stay at school. For this it is important that teachers are prepared for teaching situations never before experienced, specially trained for this audience. It is necessary also that the teacher adopt attitudes and teaching practices to provide this learning. This article reports a possible educational experience for the subjects of the EJA, shared teaching. In this proposal, two teachers shared their plans and content, providing (re) signification of their teaching practices, enabling the inclusion of adult education

* Mestranda em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: fabiolamoreirago@gmail.com

** Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Adjunta no Instituto de Ciências Biológicas e no mestrado de Educação em Ciências e Matemática da UFG. E-mail: marildas27@gmail.com

students. Areas of Natural Sciences and Humanities directed a differentiated pedagogy, demonstrating the possibilities of achieving a significant learning in adult education in a municipal school in Goiânia.

Keywords: Adult education; Shared teaching; Differentiated learning; Teaching experience.

A EJA E A PEDAGOGIA DIFERENCIADA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como resgate de um direito garantido em Constituição – direito à educação – acompanha, no que tange à forma de oferta, a história de mudanças na educação como um todo. Acompanha, também, as mudanças econômicas e políticas ocorridas no país, o que possibilita observar que a mobilização brasileira em favor da educação parece realmente ligar-se às tentativas de mudanças nestas áreas (CNE, 2000).

No contexto histórico do processo pedagógico da EJA, percebe-se que as políticas públicas destinadas a essa modalidade de ensino negligenciaram o direito de grupos populares a uma educação de qualidade, negando oportunidades e promovendo a exclusão e a marginalização social. Essas pessoas, às quais foi negado o direito a uma educação de qualidade, já sofreram muito pelos seus insucessos, como falta de emprego e moradia. Daí o papel da EJA: reparador, equalizador e qualificador. Como este público-alvo possui características diferenciadas, há a necessidade de um trabalho pedagógico diferenciado (CNE, 2000).

No Brasil, na década de 1940, os adultos analfabetos permaneciam marginalizados nos campos político, jurídico e social. Foi, então, elaborado um programa de alfabetização rural, bem tradicional, unilateral na transmissão do conhecimento: professor – aluno. Tal programa finalizou em 1963 sem bons resultados, mas aquele pensamento fomentador de marginalização, a partir do qual se considerava que o adulto analfabeto não precisava estudar, começara a mudar (CRUZ et al, 2012).

Na década de 1950, Paulo Freire propôs uma forma inovadora de ensinar, em que o aluno passaria a ser participante ativo do processo ensino-aprendizagem. Porém em 1964, com o golpe militar, Freire foi exilado e o governo lançou outro movimento, chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que teve função bastante assistencialista, visando apenas à alfabetização funcional da população urbana, na faixa etária de 15 a 35 anos (CRUZ et al, 2012).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a EJA passa a ser considerada modalidade de Ensino Básico, ganhando um sentido mais amplo: “o de preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho”.

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, no Parecer CEB nº 11/2000, essa modalidade educacional se fortalece: instituiu-se o ensino profissionalizante e formação específica para os professores; enfim, nortearam-se os caminhos a serem seguidos na EJA (CRUZ et al, 2012).

Em Goiás, na década de 1970, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás criou um órgão responsável por coordenar as ações do Ensino Supletivo, como era chamada a modalidade, através da Lei nº 5.692/71. Entre 1973 e 1983, a EJA esteve ligada ao Ensino Supletivo que, além do ensino presencial, oferecia Exames Supletivos, projetos de habilitação de docentes leigos como o Lúmen, projetos de aprendizagem como o Saturnus, dentre outros (RAIMANN, 2007).

Atualmente, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), a EJA é coordenada por uma gerência, Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), subordinada à Superintendência de Ensino Médio (SEM). Os Exames Supletivos foram realizados até o ano de 2012, e agora a função de certificação antes atribuída a tais exames passou a ser realizada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

No município de Goiânia, a EJA recebe a denominação, singular, de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA), porém não altera as bases legais nacionais. Acrescentam-se as legislações municipais e resoluções

de um Conselho Municipal. A partir de 2001, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia, cria um Departamento Pedagógico específico para coordenar a EAJA, a Divisão de Ensino Fundamental Noturno, posteriormente redefinida como Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF-AJA).

A SME-Goiânia oferta a EAJA no turno noturno, contemplando a alfabetização com o Programa Brasil Alfabetizado, a primeira e a segunda etapa da EAJA. Existe um movimento real de evasão ocasionando o fechamento de escolas que atendem à modalidade. Um problema que assola o corpo docente de toda escola do município: como diminuir a evasão e garantir a permanência e continuidade destes alunos?

Considera-se que uma das medidas de enfrentamento a esse problema seja o planejamento e a execução de aulas na proposta da docência compartilhada. Nessa proposta, a carga horária do professor é paritária, ou seja, todos os professores possuem a mesma quantidade de aulas. Além da carga horária paritária, cada professor possui um dia em que não exerce a docência e que é destinado ao seu estudo. O docente permanece na escola, porém, estudando e planejando (GOIÂNIA, 2012).

Em 2010 a SME-Goiânia implantou nesta escola, onde a presente experiência didática foi realizada, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e com a Universidade Federal de Goiás (UFG), responsáveis pela formação continuada dos professores e gestores. Este programa se iniciou com cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), tendo sido uma experiência exitosa, porém com muitos desafios pedagógicos a serem superados. Em 2013, o programa PROEJA-FIC, incorporou-se ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) criado pelo Governo Federal, tornando-se PROEJA-FIC-PRONATEC, com cursos na área de informática e cozinha.

A Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos é uma estratégia para diminuir a evasão deste público e melhorar a qualidade de

vida dos mesmos, capacitando-os para o mercado de trabalho. Porém, é um desafio a ser superado, principalmente na EJA, onde encontramos sujeitos trabalhadores, em que a carga horária escolar já está no limite da aceitação, ou seja, eles não querem ficar nem mais, nem menos, tempo na escola, além do previsto.

A Proposta Político-Pedagógica (PPP) da EAJA para a SME-Goiânia é caracterizada por ações pedagógicas numa perspectiva dialética, privilegiando o trabalho coletivo e interdisciplinar na compreensão da realidade do educando das classes trabalhadoras e, com efeito, na seleção de conteúdo. Baseia-se na educação popular de Paulo Freire (GOIÂNIA, 2012).

A proposta foca o planejamento baseado em um tema gerador, originado a partir de diálogos com os alunos, a fim de que o aprendizado atenda às reais necessidades do educando. Ressalta a importância de se trabalhar com eixos temáticos e projetos. Segundo Goiânia (2012, p.38):

As metodologias - tema gerador/eixo temático e projetos de trabalho/ ensino-aprendizagem - apresentam coerência com a PPP da EAJA, pois elas, além de partirem do princípio da dialogicidade, fundamentam-se na realidade, no interesse e necessidades do educando e os toma como sujeitos na construção do próprio conhecimento.

Para a SME, conforme o documento orientador da EAJA, a interdisciplinaridade é extremamente importante para se alcançar resultados favoráveis, concretizando as ações pedagógicas previstas, que não apenas exigem como facilitam a realização do trabalho coletivo e interdisciplinar na escola (GOIÂNIA, 2012, p. 38).

A interdisciplinaridade aqui proposta advém dos próprios documentos da SME, os quais destacam que

Na proposta curricular da EAJA, a interdisciplinaridade é entendida como uma posição epistemológica e pedagógica que se concretiza na ação pedagógica à medida que o coletivo de professores estabelece o diálogo e cooperação entre os componentes curriculares, procura romper com a construção fragmentada do conhecimento e possibilita ao educando a análise e compreensão crítica da realidade (GOIÂNIA, 2012, P.38).

Nesse contexto, a escola proporciona um conhecimento cultural que possibilita ao indivíduo participar ativamente da sociedade na qual ele está inserido, modificando a cultura envolta da sua realidade. Segundo Traversini *et al* (2012, p. 287) nesse contexto, os conhecimentos e as habilidades seriam ampliados pela valorização e pelo entendimento das culturas locais.

Diante de todas estas particularidades da EJA, fica claro que essa modalidade proporciona a inclusão dos cidadãos há muito tempo longe do âmbito da escola. Nesta perspectiva, Traversini *et al* (2012, p. 292):

Sob nossa ótica, as práticas pedagógicas de uma escola inclusiva precisam contemplar ações diversificadas, flexíveis e articuladas. Diversificadas no sentido de atentar às necessidades dos alunos, considerando seus saberes e suas singularidades; flexíveis para discutir a atual organização do planejamento pedagógico e propor outras práticas com o objetivo de atender às diferenças; e articuladas para que os professores das áreas e os generalistas, junto com a equipe diretiva, desenvolvam ações integradas, de modo a favorecer as aprendizagens dos alunos, oportunizando momentos em que estes estabeleçam conexões entre os diversos conceitos apreendidos.

Nesse sentido, a presente experiência didática sugere uma pedagogia diferenciada: a docência compartilhada. Segundo Perrenoud (2000, p. 73), praticar uma pedagogia diferenciada é fazer com que, quando necessário, cada aluno seja recolocado ou reorientado para uma atividade fecunda para ele.

Nesta estratégia, dois professores de áreas distintas se unem para planejar aulas que possam interagir conteúdos, despertando a curiosidade do aluno, desenvolvendo seu senso crítico, sua autonomia, e transformando seu conhecimento, que segundo Traversini *et al* (2012, p. 294) pode nos permitir deixar tocar e transformar com e pelo outro, em direções desconhecidas – criadas no encontro –, tornando os fazeres docentes experiências criativas a cada circunstâncias que nos acontece.

De acordo com Kinoshita e Harue (2009, p. 10)

A docência compartilhada é uma proposta para viabilizar o acesso de alunos com necessidades educativas especiais. A presença de dois professores em uma sala de aula é uma tentativa de melhor atendê-los e qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

A docência compartilhada pode ser um estratégia que amplia a inclusão, o avanço no tratamento da diversidade, oportunizando aprendizagem a todos (LUZ, BAUER e SANTOS, 2011).

Os professores (re)significam sua prática na docência compartilhada, pois superam o individualismo, proporcionando a coletividade. Essa proposta gera respeito entre os colegas e o espírito de equipe para alcançar um objetivo coletivo: o aprendizado. É importante, para os alunos, que se perceba a consonância de atitudes entre os docentes.

É não só interessante mas profundamente importante que os estudantes percebam as diferenças de compreensão dos fatos, as posições às vezes antagônicas entre professores na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções. Mas é fundamental que percebam o respeito e a lealdade com que um professor analisa e critica as posturas dos outros (FREIRE, 1996, p.8).

A docência compartilhada envolve habilidades dos professores em relação à interdisciplinaridade, e até mesmo à transdisciplinaridade. O profissional coloca em prática habilidades como o respeito ao conhecimento do outro, seja ele um colega de profissão, seja ele um aluno, como dito anteriormente.

A presente experiência didática foi realizada em duas turmas de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, no Programa PROEJA-PRONATEC-FIC, nível de 8ª (oitava) série, turno noturno. A idade deste alunado é variável, entre 18 (dezoito) a 65 (sessenta e cinco) anos. Quanto ao nível de aprendizado, pode-se dizer, também, que é bastante diversificado, contendo em uma mesma turma alunos avançados na leitura e na escrita, bem como, alunos com dificuldades nestas habilidades.

Este artigo traz uma experiência de docência compartilhada, como uma proposta pedagógica diferenciada, para o ensino de Ciência e Geografia, expondo as fases de planejamento e desenvolvimento da prática, o envolvimento dos professores das referidas áreas do conhecimento, ressaltando que tais procedimentos fazem parte de um processo que favorece a inclusão.

DOCÊNCIA COMPARTILHADA: CIÊNCIAS E GEOGRAFIA

A experiência didática foi realizada na Escola Municipal de Tempo Integral Jardim Novo Mundo, no bairro Jardim Novo Mundo, no município de Goiânia, no estado de Goiás. Uma escola que faz parte de um grupo de 10 (dez) unidades, onde são ofertadas a EAJA integrada à Educação Profissional (PROEJA-PRONATEC-FIC), na qual a presente atividade de experimentação teve duração do ano de 2013 a 2015, findando no primeiro semestre do 2015. A proposta didática ocorreu em duas turmas no nível de 8ª (oitava) série, turno noturno. A idade deste alunado é variável, entre 18 (dezoito) a 65 (sessenta e cinco) anos.

Nesta escola, o grupo de professores da educação básica trabalha em conjunto com os professores da educação profissional. Os docentes participam de formações e planejam de forma compartilhada, integrando o currículo.

Nos dois anos que transcorreram a experiência em relato, foi ofertada, na escola campo, a educação profissional e a educação básica de forma integrada. Nos seis meses que estão finalizando, pois o programa tem o período de execução de 2 (dois) anos e meio, está sendo ofertada apenas a educação básica, pois a parte FIC, profissionalizante, completou a carga horária exigida.

Para a educação básica a escola dispõe de um quadro docente constituído de 8 (oito) professores distribuídos nas disciplinas de ciências, geografia, matemática, língua portuguesa, língua estrangeira moderna, educação física, história e arte.

De acordo com a Proposta Político-Pedagógica da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, a EAJA baseia-se na concepção de Educação Popular de Paulo Freire. Ressalta que devem ser adotadas metodologias que estejam vinculadas a uma visão global do conhecimento, levando professores de matérias distintas a relacionar conteúdos que interagem entre si.

Partindo da Proposta Pedagógica elaborada para os alunos da EAJA, do município de Goiânia, e com a finalidade de buscar estratégias didáticas que,

realmente, alcancem um aprendizado significativo para estes sujeitos, com características tão diversificadas e ao mesmo tempo tão específicas é que se planejou um roteiro de aulas com docência compartilhada, partindo-se de um mesmo eixo temático: a água.

Abordados no primeiro trimestre do ano de 2015, compreendido entre os meses de fevereiro a abril, pelos professores de Ciências e Geografia, que se reuniram nos seus dias de estudo para planejar a docência compartilhada, os conteúdos das aulas foram englobados em subtemas das referidas áreas de conhecimento, com o objetivo de gerar e consolidar uma aprendizagem significativa.

Ao planejar a docência compartilhada, os professores desejavam uma aprendizagem que alcançasse a todos. Porém, quando se começou a planejar, eles perceberam que poderiam ir além como, por exemplo, explorar as tecnologias nas aulas, apresentando aos alunos os vários recursos didáticos disponíveis na internet; apresentar o eixo temático – A água –, explorando algumas áreas de conhecimento em que ele está inserido, como a ciência e a geografia; possibilitar ao educando a compreensão da realidade local, regional, nacional e internacional, observando-se a inter-relação entre essas escalas; desenvolver o saber ambiental; discutir as implicações éticas relativas ao avanço da ciência, entre outros possíveis elementos.

Foram planejadas 5 (cinco) aulas, de 1 (uma) hora, distribuídas uma vez por semana.

Na 1ª (primeira) aula, foram abordados os temas: ciclo da água na natureza, a distribuição mundial da água e a distribuição das bacias hidrográficas.

Inicialmente foi exposto um vídeo postado no *You Tube*, intitulado “Clube da natureza apresenta o ciclo da água”, de Adécio Randov, de aproximadamente 7 (sete) minutos. Após o vídeo, os professores começaram a levantar os conhecimentos prévios dos alunos em relação à quantidade de água no planeta desde a origem do mesmo. A professora de Ciências explicou o ciclo da água na natureza com o uso do *datashow* e com animações, interagindo, constantemente, com o professor de Geografia. A aula foi

conduzida o tempo todo em torno de perguntas direcionadas aos alunos e, a partir das respostas, o conteúdo era ministrado. Encerrando o ciclo da água na natureza, o professor de Geografia começou a explicação sobre a distribuição mundial da água e a distribuição das bacias hidrográficas brasileiras com o uso do *datashow*. Houve grande interação entre os professores, entre os conteúdos, entre as áreas do conhecimento e entre aluno-professor.

A 2ª (segunda) aula focou-se nos processos de aproveitamento de água e no uso dos diversos tipos de manifestação da linguagem, conforme os diferentes veículos e os diferenciados gêneros textuais em que o tema estudado estava abordado como, reportagens escritas, televisivas, estudo de caso, denúncias, vídeos, entre outros. O professor de Geografia expôs alguns vídeos com reportagens televisivas sobre os diversos meios que a população está criando para a reutilização, por exemplo, da água da chuva no uso doméstico, no Brasil e no mundo.

Na 3ª (terceira) aula, explorou-se os estados físicos da água e suas mudanças. Nesta aula, foram feitas atividades práticas, na cozinha da escola, onde a professora de Ciências pôde mostrar os estados físicos da água e como estes podem mudar com o auxílio do homem. No decorrer da aula prática, o professor de Geografia fez intervenções, citando exemplos na natureza, mostrando a modificação das paisagens. Como atividade desta aula foram solicitados relatórios. O modo de se elaborar um relatório havia sido trabalhado anteriormente pelos dois professores, em aulas individuais.

Na 4ª (quarta) aula, ressaltou-se clima *versus* tempo, chuvas, agricultura e biomas regionais. Esta aula foi bem dinâmica, havendo interação constante entre os professores. Como atividade desta aula, houve a construção de um climograma e leitura de jornais escritos.

Na 5ª (quinta) e última aula, problematizou-se sobre a poluição, tratamento, desperdício e doenças causadas pela água contaminada. Nesta aula foram apresentadas doenças consideradas, recentemente, epidêmicas, como a dengue. Ao final foram feitas atividades relacionadas às doenças e às questões de cuidado com a saúde.

Nas aulas individuais, ao término da docência compartilhada, foi feita uma atividade avaliativa geral sobre todo o conteúdo ministrado pelos dois professores. Os alunos foram ouvidos e, na oportunidade, manifestaram suas opiniões em relação às aulas o que contribuiu para que os dois professores fizessem uma avaliação geral da prática pedagógica compartilhada por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os resultados foram satisfatórios, alcançando os objetivos propostos, que eram gerar e consolidar uma aprendizagem significativa, que alcançasse a todos, além de trabalhar as diversas formas de linguagens e escritas. Na EAJA, a Proposta Político-Pedagógica da SME-Goiânia, ressalta a necessidade de se aprofundar nas estratégias que contribuam para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, pois esse corpo discente é composto por alunos que têm uma certa defasagem destas habilidades, devido ao tempo fora da escola ou até mesmo à alfabetização deficiente que tiveram.

Foram ouvidas as opiniões dos alunos, em relação à docência compartilhada, e foi unânime a satisfação. Percebe-se isso através de falas como *“nossa professora, vocês falando ficou tão claro”, “ficou menos cansativo”, “o professor de Geografia sabia disso?”, “foi as melhores aulas que tivemos, aprendemos muito”*.

Enfim, foi uma estratégia muito exitosa, em que os professores interagiram, planejaram, aprenderam e ensinaram juntos. Uma real integração de conteúdos. Como disse, Freire (1996, p. 11): *“não há docência sem discência.”*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNE, C. d. (10 de Maio de 2000). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11 CNE/CEB**. Brasília, DF, Brasil.

CRUZ, E.; GONÇALVES, M. R.; OLIVEIRA, M. R. A. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas**. 10/04/2012. Disponível em

<<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. EGA, 1996.

GOIÂNIA. **Proposta Político-Pedagógica da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA)**, 2012-2014.

KINOSHITA, H. J. **Docência compartilhada: dispositivo pedagógico para acolher as diferenças?** 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/17909>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LUZ, M. ROSA, BAUER, M. ZAMBONI, SANTOS, T. SCHUHL. **DOCÊNCIA COMPARTILHADA – DA REFLEXÃO À AÇÃO**. Disponível em <http://api.ning.com/files/cq9*iDXWXsNiNVD1FvnzqGtCRytLUHw2pO5RnZ4VpHzEhDpWNJACOGPK1SBwovGUrNveqGkTle*ilG6G1ptjKQyoLj1rLnnS/docencia_compartilhada_acao.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAIMANN, E. G. **A educação de Jovens e Adultos em Goiás: uma retrospectiva histórica**. Disponível em <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc\(19\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc(19).pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

TRAVERSINI, C. S., XAVIER, M. L. M. de F., RODRIGUES, M. B. C., ZEN, M. I. H. D., SOUZA, N. G. S. de. Professores de inclusão e docência compartilhada no III ciclo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n.02, p. 285-308, jun.2012. Belo Horizonte.